

Usina São Francisco S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina São Francisco S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina São Francisco S.A., relativos ao exercício findo em 31 de março de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2024 foi caracterizado por um período de estabilidade do PIB e alterações moderadas na variação cambial. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2024 com a manutenção da alta taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e do agravamento do conflito no oriente médio.

Contexto da Companhia

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício, porém, tivemos um aumento de 18,1% na moagem de cana-de-açúcar e consequentemente aumento de 19,4% na produção industrial, em relação ao exercício anterior.

Tivemos um expressivo aumento no preço do açúcar convencional e de sustentação dos preços de produtos orgânicos, que se traduziram em um resultado consistente e de manutenção em relação ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas da Usina São Francisco S.A.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. A Native, segmento de produtos orgânicos da Usina São Francisco, continuou sua trajetória de crescimento e a expansão de sua linha de produtos solidificando-se como a marca de referência no mercado de produtos orgânicos no Brasil. Tanto no mercado interno quanto externo, se manteve consistente em relação ao exercício anterior. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de etanol orgânico neutro e energia elétrica, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, ambos no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais de 95% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Outra informação relevante é que durante a safra 23/24, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita líquida.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia e suas coligadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos nossos programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina São Francisco S.A. acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido.

Embora as projeções mundiais de produção de matéria prima e de produtos acabados para a safra 24/25 sejam de pequena recuperação, estamos confiantes na manutenção dos preços dos nossos produtos e na eficiência da nossa capacidade de gestão operacional para esta nova safra.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 23/24 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico, mercadológico e geopolítico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 26 de junho de 2024.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Usina São Francisco S.A.

Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina São Francisco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina São Francisco S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 26 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Usina São Francisco S.A.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	187.872	130.581
Títulos de capitalização		-	598
Contas a receber - Clientes	7	95.432	64.197
Contas a receber - Cooperativa	8	4.549	14.653
Estoques	9	72.296	95.034
Ativo biológico	10	61.718	48.310
Adiantamentos a fornecedores	11	40.872	35.932
Instrumentos financeiros derivativos	24	12.235	6.010
Impostos a recuperar	12	106.325	30.479
Demais ativos	13	3.017	763
		<u>584.316</u>	<u>426.558</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - Cooperativa	8	30.564	18.526
Impostos a recuperar	12	25.013	33.393
Depósitos judiciais	14	86.757	65.382
Demais ativos	13	22.773	21.477
		<u>165.107</u>	<u>138.778</u>
Investimentos	17	322.885	293.240
Imobilizado	18	336.401	289.898
Intangível		374	323
Direito de uso	21	49.191	61.828
		<u>873.958</u>	<u>784.067</u>
Total do ativo		<u>1.458.274</u>	<u>1.210.625</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante			
Fornecedores	19	49.132	43.370
Empréstimos e financiamentos	20	60.468	63.814
Financiamentos Cooperativa	20b	629	-
Passivo de arrendamento	21	15.000	15.032
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	2.826
Impostos e contribuições a recolher		3.855	4.733
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	933
Salários e encargos sociais a pagar		18.760	17.288
Demais passivos	22	6.925	13.749
		<u>154.769</u>	<u>161.745</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	20	266.193	230.441
Financiamentos Cooperativa	20b	13.988	14.521
Passivo de arrendamento	21	27.803	40.628
Impostos e contribuições a recolher		978	1.115
Demais passivos	22	26.194	27.617
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	34.190	43.114
Provisão para contingências	23	115.943	62.612
		<u>485.289</u>	<u>420.048</u>
Total do passivo		<u>640.058</u>	<u>581.793</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	26	527.875	453.400
Ações em tesouraria		(28.876)	(28.876)
Reserva de lucros para aquisição de ações		87.735	87.735
Reserva legal		34.158	24.461
Reserva reflexa de investida		14.050	14.050
Reserva incentivo fiscal subvenção		31.904	-
Resultado a deliberar		151.370	78.062
Total do patrimônio líquido		<u>818.216</u>	<u>628.832</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.458.274</u>	<u>1.210.625</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	27	613.829	524.876
Custo dos produtos vendidos	28	(428.935)	(385.085)
Valor justo do ativo biológico	10	<u>(19.203)</u>	<u>(9.290)</u>
Lucro bruto		165.691	130.501
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	29	(91.436)	(70.276)
Administrativas e gerais	29	(28.204)	(28.767)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	108.885	52.809
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	17	<u>51.094</u>	<u>51.824</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		206.030	136.091
Receitas financeiras	31	30.343	17.489
Despesas financeiras	31	(53.017)	(55.659)
Variação cambial, líquida	31	<u>(397)</u>	<u>1.419</u>
Resultado financeiro líquido	31	<u>(23.071)</u>	<u>(36.751)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		182.959	99.340
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.058	(16.830)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>8.924</u>	<u>95</u>
Lucro líquido do exercício		<u>193.941</u>	<u>82.605</u>
Quantidade de ações - em milhares		1.142	1.142
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>169,83</u>	<u>72,33</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do exercício	193.941	82.605
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>193.941</u>	<u>82.605</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros para aquisição de ações	Reserva legal	Reserva reflexa de investida	Reserva incentivo fiscal	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	369.990	(28.876)	50.358	20.331	-	-	125.622	-	537.425
Aumento de capital social (Nota 26a)	83.410	-	-	-	-	-	(83.410)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26d)	-	-	-	-	-	-	(4.835)	-	(4.835)
Reserva para aquisição de ações de acionistas (Nota 26c)	-	-	37.377	-	-	-	(37.377)	-	-
Reserva reflexa de investida (Nota 17)	-	-	-	-	14.050	-	-	-	14.050
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	82.605	82.605
Destinações:									
Reserva legal (Nota 26)	-	-	-	4.130	-	-	-	(4.130)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	(413)	(413)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	78.062	(78.062)	-
Saldos em 31 de março de 2023	453.400	(28.876)	87.735	24.461	14.050	-	78.062	-	628.832
Aumento de capital social (Nota 26a)	74.475	-	-	-	-	-	(74.475)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26d)	-	-	-	-	-	-	(3.587)	-	(3.587)
Constituição de Reserva Incentivos Fiscais (Nota 26c)	-	-	-	-	-	31.904	-	(31.904)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	193.941	193.941
Destinações:									
Reserva legal (Nota 26)	-	-	-	9.697	-	-	-	(9.697)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	(970)	(970)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	151.370	(151.370)	-
Saldos em 31 de março de 2024	527.875	(28.876)	87.735	34.158	14.050	31.904	151.370	-	818.216

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		182.959	99.340
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		95.145	88.487
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	(1.573)	(451)
Resultado da equivalência patrimonial	17	(51.094)	(51.824)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	10	19.203	9.290
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	48.310	31.500
Juros e variações cambiais provisionados	16	41.817	46.409
Provisão para contingências		12.399	20.075
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	31	(2.227)	3.669
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	15.450	14.822
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(106)	(85)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(1.660)	(5.966)
Variação dos ativos e passivos			
Títulos de capitalização		598	2
Contas a receber		(33.251)	(744)
Estoques		22.739	2.483
Impostos a recuperar		(24.411)	(6.821)
Adiantamentos a fornecedores		(3.082)	(11.560)
Demais ativos		(473)	15.942
Depósitos judiciais		(21.375)	(20.120)
Instrumentos financeiros derivativos		(6.741)	(8.993)
Fornecedores		5.762	(4.092)
Impostos e contribuições a recolher		(1.948)	(15.677)
Salários e contribuições sociais		1.468	1.715
Demais passivos		(7.077)	2.420
Caixa gerado pelas atividades operacionais		290.832	209.821
Juros pagos ou recebidos	16	(30.878)	(35.760)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.189)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		259.954	172.872
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(80.921)	(57.600)
Aquisição de investimentos		(727)	(14.500)
Aquisição de intangível		(272)	(221)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(143.714)	(95.660)
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	1.938	526
Recebimento de dividendos		20.867	18.034
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(202.829)	(149.422)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento	16	(16.794)	(16.747)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	16	83.400	1.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	16	(58.677)	(78.146)
Pagamento de dividendos		(3.949)	(5.500)
Pagamento de ações de acionistas		(3.814)	(1.595)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		166	(100.988)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		57.291	(77.538)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		130.581	208.120
No fim do exercício	6	187.872	130.581
		<u>57.291</u>	<u>(77.539)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Usina São Francisco S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda São Francisco – Zona Rural, cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Caixa Postal 537, tem como atividade as seguintes operações:

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

A Companhia atua também na produção de açúcar e etanol orgânico que são comercializados pela própria Companhia.

Aproximadamente 60% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

1.2 Investidas

Usina Uberaba S.A. – controlada em conjunto

A Usina Uberaba S.A., com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Usina Uberaba S.A. é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda. - controlada

A atividade preponderante é o comércio de produtos orgânicos no mercado de varejo.

Agropecuária Iracema Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A. – controlada em conjunto

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxibutirato (PHB) e Polihidroxibutirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (*Project Design Package*) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A Administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (*BIOCYCLE*) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração da PHB Industrial S.A., ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova Joint Venture com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis, a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Constituição da investida Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. com acervo líquido vertido da investida Agropecuária Iracema S.A., conforme laudo de avaliação de 16 de novembro de 2023.

1.3 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (CBIOs) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (CBIOs), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de junho de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na Nota 3.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.5 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 3.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 7** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação dos percentuais de perda;
- **Nota 10** – Ativos biológicos - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 23** – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Ativo biológico; e
- **Nota 24** - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controlada são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A Administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

3.2 Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (*joint venture*)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias investidas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquela da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a qual é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as políticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

3.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento*

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Capital social

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

(v) Dividendos

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26d.

3.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(i) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	25 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 8 e 29 anos
Veículos	12 anos
Máquinas e implementos agrícolas	8 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais

eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11 Receita operacional

(i) Venda de produtos – Açúcar e etanol orgânicos e demais produtos orgânicos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Venda de produtos – Açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

3.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a

assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

3.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (Nota 21).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia pode exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

A Companhia e suas coligadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

3.16 Ativos contingentes

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a Companhia divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

Fixação de preços defasados

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa, da qual a Companhia é cooperada, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em julho de 2023, a Cooperativa realizou o levantamento da sexta parcela do primeiro precatório e da quinta parcela do segundo precatório e em março de 2024 realizou o levantamento da sexta parcela do segundo precatório e parcela única do terceiro precatório, sendo atribuído a Companhia, até 31 de março de 2024, o montante bruto de R\$ 134.046 (até 31 de março de 2023, R\$ 50.495), transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos sobre este valor os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS, no montante de R\$ 26.056 (em 31 de março de 2023, R\$ 9.858), apresentado na nota 30, na rubrica Provisões e Despesas sobre Verba Indenizatória.

Paralelamente, a Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade.

Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia, por também entender que o valor repassado pela Cooperativa se trata de verba indenizatória, a Administração da Companhia propôs ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre este valor, garantindo esta discussão mediante depósito judicial, e constituiu provisão para contingência de igual valor demonstrados nas notas 14 e 23.

PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19

A Companhia ingressou em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável da Companhia, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas da Companhia, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS, estamos efetuando o levantamento dos valores envolvidos de acordo com o entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, para posterior registro, e ainda aguardamos o julgamento do MS.

Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

A Companhia também discutiu judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em mandado de segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A Administração, em conjunto com assessores internos e externos, através de Pedido de Habilitação de Crédito Decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, perante a SRF, obteve despacho de deferimento do Pedido de Habilitação, nos termos do artigo 103, incisos de I a V, da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021. Destaca-se que o mero deferimento do Pedido ora deferido não se constitui em reconhecimento do direito creditório pleiteado ou homologação da compensação pretendida. Após o deferimento do Pedido de Habilitação, a Administração avalia com assessores externos a escrituração dos créditos, e a possibilidade de compensação com tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

Além disto, a Companhia está avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol.

3.17 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na nota 12(ii) e nota 26(c-iv) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2024.

3.18 Mudanças nas políticas contábeis materiais

a. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de abril de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos, onde uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que

ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de março de 2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados.

b. Imposto mínimo complementar global

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.

A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 3 - Políticas contábeis materiais (2023: Políticas contábeis significativas) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – WACC.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024). A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante e não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024). Conforme divulgado na nota 20, a Companhia tem empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de março de 2024, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b. Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024).

A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação

c. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	1.235	4.856
Aplicações financeiras	<u>186.637</u>	<u>125.725</u>
	<u>187.872</u>	<u>130.581</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 110% do CDI (em 31 de março de 2023 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

7 Contas a receber - Clientes

	31/03/2024	31/03/2023
Contas a receber – mercado interno	45.459	33.927
Contas a receber – mercado externo	<u>51.252</u>	<u>31.549</u>
	96.711	65.476
(-) Provisão para perdas esperadas	<u>(1.279)</u>	<u>(1.279)</u>
	<u>95.432</u>	<u>64.197</u>

Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive a Companhia tem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com contas a receber.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	<u>(1.279)</u>	<u>(1.279)</u>
(-) Reversão de provisão	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(1.279)</u>	<u>(1.279)</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
A vencer		
até 30 dias	29.349	14.169
de 31 até 90 dias	51.443	41.062
de 91 até 180 dias	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>80.794</u>	<u>55.232</u>
Vencidos		
até 30 dias	9.996	5.004
de 31 até 90 dias	2.129	1.349
de 91 até 180 dias	1.826	1.027
acima de 180 dias	<u>1.966</u>	<u>2.864</u>
	<u>15.917</u>	<u>10.244</u>
	<u>96.711</u>	<u>65.476</u>

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

9 Estoques

	31/03/2024	31/03/2023
Produtos orgânicos		
- Açúcar orgânico	31.604	59.067
- Etanol Hidrat. Retificado Orgânico	20.752	17.029
- Outros produtos orgânicos	12.245	8.866
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	<u>7.695</u>	<u>10.072</u>
	<u>72.296</u>	<u>95.034</u>

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	<u>(1.014)</u>	<u>(1.014)</u>
(-) Reversão de provisão	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(1.014)</u>	<u>(1.014)</u>

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	48.310	31.500
Aumento decorrente de tratamentos culturais	80.921	57.600
Diminuição decorrente da amortização	(48.310)	(31.500)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	(19.203)	(9.290)
	<u>61.718</u>	<u>48.310</u>
Ativos biológicos no final do exercício	<u>61.718</u>	<u>48.310</u>

Para o atendimento do CPC 29 – ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/03/2024	31/03/2023
Área estimada de colheita (hectares)	10.557	9.941
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	88,00	85,00
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	139,31	137,02
Valor do Kg de ATR - R\$	1,3095	1,2269
WACC (a.a.)	7,83%	9,31%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratamentos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol convencionais e orgânicos produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos comercializados. A Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A gestão destes riscos para açúcar e etanol convencionais é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto as análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e para assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. Em relação a gestão de riscos para os produtos orgânicos é realizado internamente pelos gestores deste segmento.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.3) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 6.689 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 4.997 no valor justo do ativo biológico.

11 Adiantamentos a fornecedores

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de cana e parceria agrícola	36.707	34.196
Fornecedores diversos	4.165	1.736
	<u>40.872</u>	<u>35.932</u>

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2023/2024.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo - Consecana.

12 Impostos a recuperar

	31/03/2024	31/03/2023
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	2.992	1.839
PIS e COFINS (i)	55.590	47.841
IRRF	4.612	4.276
IR / CS saldo negativo (ii)	57.365	-
IPI	10.360	8.128
Outros	419	1.788
	<u>131.338</u>	<u>63.872</u>
Circulante	106.325	30.479
Não circulante	25.013	33.393

- (i) O aumento do saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuíram para o aumento do saldo credor, foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.
- (ii) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14. No exercício findo em 31 de março de 2024, em continuidade a adoção do CPC 07 que trata sobre as Subvenções Governamentais, a Companhia fez o reconhecimento dos efeitos das subvenções recebidas, notadamente aquelas relativas ao ICMS incidente sobre as vendas, sendo: (i) Redução base de cálculo na venda de açúcar e produtos de confeitaria do capítulo 17 do NCM, conforme RICMS-SP 2000 Livro VI, Anexo II, Artigo 39, Inciso X, (ii) Diferimento venda etanol Anidro Combustível, conforme Art. 419 do RICMS-SP/2000 e respaldado pelo Convênio 110/07, (iii) Redução e isenção na base de cálculo do ICMS na venda de insumos agropecuários, conforme RICMS-SP/2000, Livro VI, Anexo I, Artigo 41, Inciso VII e respaldado pelo Convênio 100/97, (iv) Isenção do ICMS na venda de produtos para Zona Franca de Manaus, conforme Convênio ICMS 65/88, (v) Não tributação de ICMS na exportação de produtos, conforme Resolução senado Nº 22/89, os quais basicamente dispõe que tais benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Nesse exercício, também foram apurados e reconhecidos os créditos líquidos decorrentes da recomposição do IRPJ e CSLL para o período extemporâneo de 2017 a 2022, proveniente de valores pagos a maior, pois à época não foi observada a exclusão de tais benefícios fiscais na apuração do lucro real. Assim, a Companhia para o fim específico da publicidade das demonstrações financeiras, reconheceu créditos extemporâneos diretamente no resultado do exercício,

especificamente à crédito na conta de IRPJ e CSLL corrente e na conta de receita financeira. Ainda que o registro contábil dos créditos extemporâneos fora feito diretamente à conta de resultado do exercício (valor principal), a Companhia teve o devido cuidado para que fosse observada a constituição da Reserva de Incentivo Fiscal proveniente do Lucro Líquido do Exercício diretamente no Patrimônio Líquido, quando do encerramento do período, conforme pode-se observar no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido e comentário na nota 26. Dessa forma, o reconhecimento de créditos extemporâneos no exercício findo em março de 2024, foi no montante de R\$ 57.365 (R\$ 42.990 principal e R\$ 14.375 juros) e constam representados no ativo como tributos a recuperar.

13 Demais ativos

	31/03/2024	31/03/2023
Dividendos a receber (Nota 25) (i)	24.684	21.126
Seguros a apropriar	961	369
Outros	145	745
	<u>25.790</u>	<u>22.240</u>
Circulante	3.017	763
Não circulante	22.773	21.477

- (i) Compreendido substancialmente por dividendos a receber da controlada Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. a serem liquidados quando da disponibilidade de caixa da controlada, conforme deliberado em Ata de Assembleia de Sócios Quotistas realizada em 24 de julho de 2015.

14 Depósitos judiciais

	31/03/2024	31/03/2023
Verba indenizatória ação de preços (i)	82.252	61.028
Outros	4.505	4.354
	<u>86.757</u>	<u>65.382</u>

- (i) A Companhia efetuou depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida (IAA – nota 3.16 – Ativo contingente), mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 23.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2024 e 2023, a Companhia possuía imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante					
Ativo biológico - CPC 29	3.443	(285)	3.158	3.371	6.529
Prejuízos fiscais do imposto de renda	826	1.607	2.433	9.069	11.502
Base negativa da contribuição social	285	579	864	3.265	4.129
Provisão para contingências	539	-	539	-	539
Provisão para perdas esperadas	435	-	435	-	435
Provisão para estoques obsoletos	345	-	345	-	345
	<u>5.873</u>	<u>1.901</u>	<u>7.774</u>	<u>15.705</u>	<u>23.479</u>
Passivo não circulante					
Depreciação - Ajuste por adoção CPC 27	(10.579)	381	(10.198)	609	(9.589)
Arrendamento CPC 06	(1.938)	(158)	(2.096)	(75)	(2.171)
Valor justo investimentos	(1.735)	(2.029)	(3.764)	(565)	(4.329)
Depreciação acelerada incentivada	(34.830)	-	(34.830)	(6.750)	(41.580)
	<u>(49.082)</u>	<u>(1.806)</u>	<u>(50.888)</u>	<u>(6.781)</u>	<u>(57.669)</u>
Imposto de renda e contribuição social líquido	<u>(43.209)</u>	<u>95</u>	<u>(43.114)</u>	<u>8.924</u>	<u>(34.190)</u>

Período estimado de realização dos créditos tributários

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2024		31/03/2023			
Empréstimos e financiamentos	341.278		308.776			
Passivo de arrendamento	42.803		55.660			
Aquisições de ações de acionistas	29.268		31.046			
Total da dívida	413.349		395.482			
Caixa e equivalente de caixa	(187.872)		(130.581)			
Total da dívida líquida	225.477		264.901			

	Empréstimos, financiamentos	Arrendamento s	Aquisiçõe s de ações	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2022	379.572	68.434	29.801	477.807	(208.120)	269.687
Movimentação que afeta o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	1.000	-	-	1.000	-	1.000
Pagamentos - Principal	(78.146)	(16.747)	(1.595)	(96.488)	-	(96.488)
Pagamentos - Juros	(35.760)	-	-	(35.760)	-	(35.760)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	77.539	77.539
Movimentação que não afeta o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	2.514	-	2.514	-	2.514
Juros provisionados	42.110	1.459	-	43.569	-	43.569
Atualização de aquisições de ações	-	-	2.840	2.840	-	2.840
Dívida líquida em 31 de março de 2023	308.776	55.660	31.046	395.482	(130.581)	264.901
Movimentação que afeta o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	83.400	-	-	83.400	-	83.400
Pagamentos - Principal	(58.677)	(16.794)	(3.814)	(79.285)	-	(79.285)
Pagamentos - Juros	(30.878)	-	-	(30.878)	-	(30.878)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	(57.291)	(57.291)
Movimentação que não afeta o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	2.813	-	2.813	-	2.813
Juros provisionados	38.657	1.124	-	39.781	-	39.781
Atualização de aquisições de ações	-	-	2.036	2.036	-	2.036
Dívida líquida em 31 de março de 2024	341.278	42.803	29.268	413.349	(187.872)	225.477

17 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	31/03/2024	31/03/2023
Controladas e coligadas	296.374	266.395
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.250	588
Ágio de investimentos em controladas (i)	7.949	7.949
Copersucar S.A.	16.499	17.560
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	361	361
União São Paulo S.A.	288	288
Outros investimentos avaliados ao custo	164	99
	<u>322.885</u>	<u>293.240</u>

(i) Ágio das empresas Usina Uberaba S.A. e Agropecuária Uberaba Ltda.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas.

	Usina Uberaba S.A.	Agropecuária Iracema S.A.	Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PHB Industrial S.A.	Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda	Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Total
Capital social integralizado 31 de março de 2024	616.759	60.384	3.018	99.877	3.196	69	16	783.319
Patrimônio líquido em 31 de março de 2024	983.183	47.346	4.524	16.447	841	3.176	16	1.055.533
Resultado do exercício	201.576	(13.038)	1.505	(2.368)	(462)	3.108	-	190.321
Participação %	27,5%	38,2%	38,2%	25,0%	100,0%	38,2%	38,2%	
Saldo em 31 de março de 2022	187.028	18.556	1.575	6.355	1.484	979	-	215.977
Distribuição de dividendos	(20.997)	-	(421)	-	-	(953)	-	(22.371)
Aumento de capital (i)	-	4.527	-	2.388	-	-	-	6.915
Ganho por acréscimo patrimonial - Subvenção ICMS	14.050	-	-	-	-	-	-	14.050
Resultado de equivalência patrimonial	49.975	4.683	617	(4.549)	(181)	1.279	-	51.824
Saldo em 31 de março de 2023	230.056	27.766	1.771	4.194	1.303	1.305	-	266.395
Distribuição de dividendos	(15.115)	(4.692)	(617)	-	-	(1.279)	-	(21.703)
Aumento de capital (ii)	-	(6)	-	588	-	-	6	588
Resultado de equivalência patrimonial	55.433	(4.972)	575	(668)	(462)	1.188	-	51.094
Saldo em 31 de março de 2024	270.374	18.096	1.729	4.114	841	1.214	6	296.374

- (i) Aumento de capital na investida Agropecuária Iracema S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 3.006 e da conta de dividendos a receber no montante de R\$ 1.521. Aumento de capital na investida PHB Industrial S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 2.388.
- (ii) Constituição da investida Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. com acervo líquido vertido da investida Agropecuária Iracema S.A., conforme laudo de avaliação de 16 de novembro de 2023 e aumento de capital na investida PHB Industrial S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 588.

Usina São Francisco S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2024 e 2023

Os registros contábeis das investidas e os saldos do patrimônio líquido e resultado do exercício correspondem aos seguintes saldos:

31 de março de 2024

Entidade	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Uberaba S.A. Consolidado	559.705	852.645	(151.085)	(278.082)	(983.183)	201.576	761.806	(560.230)
Agropecuária Iracema S.A.	3.810	62.421	(18.885)	-	(47.346)	(13.038)	9.174	(22.212)
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	18.813	5.858	(148)	(20.000)	(4.523)	1.505	229	1.276
PHB Industrial S.A.	2.205	19.454	(213)	(5.000)	(16.446)	(2.368)	109	(2.477)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	818	79	(56)	-	(841)	(462)	2.581	(3.043)
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	40.826	3.043	(456)	(40.237)	(3.176)	3.127	262	2.865
Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	16	-	-	(16)	-	-	-
	<u>626.177</u>	<u>943.516</u>	<u>(170.842)</u>	<u>(343.319)</u>	<u>(1.055.532)</u>	<u>190.340</u>	<u>774.161</u>	<u>(583.821)</u>

18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana-de- açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2022	9.530	70.444	14.237	19.773	395	47.247	7.896	17.225	96.037	-	282.784
Adições	-	905	2.481	492	81	55.829	136	9.893	23.981	1.862	95.660
Alienações	-	-	(75)	-	(1)	-	(3)	-	-	-	(79)
Transferências	2.255	6.243	840	3.246	15	-	499	(13.098)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(53.088)	-	-	-	-	(53.088)
Depreciação	(522)	(4.609)	(2.138)	(3.787)	(33)	-	(425)	-	(23.865)	-	(35.379)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>11.263</u>	<u>72.983</u>	<u>15.345</u>	<u>19.724</u>	<u>457</u>	<u>49.988</u>	<u>8.103</u>	<u>14.020</u>	<u>96.153</u>	<u>1.862</u>	<u>289.898</u>
Custo total	19.946	173.001	39.580	40.675	1.787	416.354	16.061	14.020	301.756	1.862	1.025.042
Depreciação acumulada	<u>(8.683)</u>	<u>(100.018)</u>	<u>(24.235)</u>	<u>(20.951)</u>	<u>(1.330)</u>	<u>(366.366)</u>	<u>(7.958)</u>	<u>-</u>	<u>(205.603)</u>	<u>-</u>	<u>(735.144)</u>
Valor residual	<u>11.263</u>	<u>72.983</u>	<u>15.345</u>	<u>19.724</u>	<u>457</u>	<u>49.988</u>	<u>8.103</u>	<u>14.020</u>	<u>96.153</u>	<u>1.862</u>	<u>289.898</u>
Saldo em 31 de março de 2023	11.263	72.983	15.345	19.724	457	49.988	8.103	14.020	96.153	1.862	289.898
Adições	-	2.111	7.577	4.086	58	46.267	2.090	37.192	42.974	1.359	143.714
Alienações	-	(346)	(53)	-	-	-	(31)	-	-	(1.858)	(2.288)
Transferências	199	7.132	2	138	168	-	91	(7.729)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(58.712)	-	-	-	-	(58.712)
Depreciação	<u>(634)</u>	<u>(5.359)</u>	<u>(2.881)</u>	<u>(2.941)</u>	<u>(132)</u>	<u>-</u>	<u>(755)</u>	<u>-</u>	<u>(23.509)</u>	<u>-</u>	<u>(36.211)</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u>10.828</u>	<u>76.521</u>	<u>19.990</u>	<u>21.007</u>	<u>551</u>	<u>37.543</u>	<u>9.498</u>	<u>43.482</u>	<u>115.618</u>	<u>1.363</u>	<u>336.401</u>
Custo total	20.145	181.898	47.106	44.898	2.013	462.621	18.211	43.482	344.730	1.363	1.166.467
Depreciação acumulada	<u>(9.317)</u>	<u>(105.377)</u>	<u>(27.116)</u>	<u>(23.891)</u>	<u>(1.462)</u>	<u>(425.078)</u>	<u>(8.713)</u>	<u>-</u>	<u>(229.112)</u>	<u>-</u>	<u>(830.066)</u>
Valor residual	<u>10.828</u>	<u>76.521</u>	<u>19.990</u>	<u>21.007</u>	<u>551</u>	<u>37.543</u>	<u>9.498</u>	<u>43.482</u>	<u>115.618</u>	<u>1.363</u>	<u>336.401</u>

Obras em andamento

Refere-se, substancialmente a investimentos de melhorias na Companhia, sendo i) Nas dependências do parque industrial, substituição de 03 aparelhos de etanol de hidratação/retificação de etanol orgânico para aumento de produção; ii) Na atividade agrícola/automotiva, a aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar, caminhões, tratores, reboques, pivô central de irrigação, entre outros, os quais entrarão em operação a partir da Safra 24/25.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e de 2023, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2024, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 2.300 (R\$ 3.177 em 31 de março de 2023) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2024, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela Administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 3.5 (iii).

19 Fornecedores

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de cana-de-açúcar	35.985	33.799
Fornecedores de materiais, insumos e outros	13.147	9.571
	<u>49.132</u>	<u>43.370</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota 24.

20 Empréstimos e financiamentos

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 24.

	31/03/2024	31/03/2023
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	60.468	63.814
Financiamentos Cooperativa (b)	629	-
	<u>61.097</u>	<u>63.814</u>
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	266.193	230.441
Financiamentos Cooperativa (b)	13.988	14.521
	<u>280.181</u>	<u>244.962</u>
	<u>341.278</u>	<u>308.776</u>

a. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2024	31/03/2023
Nota de crédito exportação (NCE)	R\$	10/2026	Juros de 1,15% a 2,20% a.a mais CDI	49.864	88.216
Carta de crédito exportação (CCE)	R\$	09/2026	Juros de 1,83% a 1,99% a.a mais CDI	21.099	28.534
CCB	R\$	01/2027	Juros de 1,68% a.a mais CDI	13.135	15.401
CCB	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a	1.126	1.059
Finame	R\$	11/2028	Juros pré-fixados de 5,5% a.a	1.939	2.326
Finame	R\$	12/2028	Juros de 4,71% a 4,76% a.a. + TLP	1.593	1.936
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	06/2025	Juros pré-fixados de 6% a.a.	1.965	2.948
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	07/2033	Juros de 1,38% a 2,33% a.a mais CDI	116.398	39.294
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) (i)	R\$	07/2028	Juros de 2,47% a.a. mais CDI	119.542	114.541
				326.661	294.255
Circulante				<u>(60.468)</u>	<u>(63.814)</u>
Não circulante				<u>266.193</u>	<u>230.441</u>

- (i) Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está totalmente atrelado a IPCA + 6,2932% a.a. A operação está indexada a DI+ 2,47% a.a. via contrato de Swap.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Safra	31/03/2024	31/03/2023
2024/2025	-	45.214
2025/2026	91.075	74.187
2026/2027	76.778	59.890
2027/2028	49.223	32.335
2028/2029 a 2031/2032	49.117	18.815
	<u>266.193</u>	<u>230.441</u>

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“covenants”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

b. Financiamentos Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição.

	31/03/2024	31/03/2023
Repasse de recursos (Selic)	9.200	8.624
Adiantamentos - Copersucar - Sem correção	<u>5.417</u>	<u>5.897</u>
	14.617	14.521
Circulante	<u>629</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u><u>13.988</u></u>	<u><u>14.521</u></u>

21 Passivo de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Saldos iniciais	<u>61.828</u>	<u>74.136</u>
Ajuste por remensuração	2.813	2.514
Despesa de depreciação	<u>(15.450)</u>	<u>(14.822)</u>
Saldos finais	<u><u>49.191</u></u>	<u><u>61.828</u></u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Saldos iniciais	<u>55.660</u>	<u>68.434</u>
Ajuste por remensuração	2.813	2.514
Pagamentos	(16.794)	(16.747)
Juros provisionados	<u>1.124</u>	<u>1.459</u>
Saldos finais	<u><u>42.803</u></u>	<u><u>55.660</u></u>
Circulante	15.000	15.032
Não circulante	27.803	40.628

Divulgações adicionais

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
02 anos	5,14%
03 anos	5,37%
04 anos	5,56%
05 anos	5,79%

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Ano safra	31/03/2024	31/03/2023
Safra 2022/2023	-	15.032
Safra 2023/2024	15.000	15.000
Safra 2024/2025	15.000	15.000
Safra 2025/2026	15.000	15.000
Safra 2026/2027 em diante	126	125
Valores não descontados	45.126	60.157
Ajuste a valor presente	(2.323)	(4.497)
Saldos finais	42.803	55.660

22 Demais passivos

	31/03/2024	31/03/2023
Dividendos a pagar (Nota 25)	1.021	413
Adiantamento de clientes	17	6.562
Aquisição de ações da Companhia (i)	29.268	31.046
Outros	2.813	3.345
	33.119	41.366
Circulante	6.925	13.749
Não circulante	26.194	27.617

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio líquido.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019, a Companhia não adquiriu novas ações de acionistas (ações em tesouraria) no exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para a Companhia nos termos definido na política de compra.

23 Provisão para contingências

	31/03/2024	31/03/2023
Trabalhistas	1.328	1.328
Tributárias (i)	<u>114.615</u>	<u>61.284</u>
	<u>115.943</u>	<u>62.612</u>

- (i) Refere-se a provisão para contingências de natureza tributária relacionada aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida (IAA - nota 3.16 – Ativo contingente e nota 14).

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de março de 2022	1.328	41.209	42.537
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>20.075</u>	<u>20.075</u>
Em 31 de março de 2023	1.328	61.284	62.612
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>53.331</u>	<u>53.331</u>
Em 31 de março de 2024	<u>1.328</u>	<u>114.615</u>	<u>115.943</u>

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Total
Saldos em 31 de março de 2023	5.785	46.426	42	5.209	57.462
Saldos em 31 de março de 2024	6.252	42.325	49	6.797	58.423

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos nos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles

apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa. Para os negócios de açúcar e etanol orgânico, levedura e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	187.872	130.581
Títulos de capitalização		-	598
Contas a receber - Clientes	7	95.432	64.197
Contas a receber - Cooperativa	8	35.113	33.179
Demais ativos	13	25.789	22.240
Instrumentos financeiros derivativos	24	12.235	6.010
		<u>356.441</u>	<u>256.805</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/03/2024			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	187.872	-	-	-
Contas a receber - Clientes	95.432	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	4.549	30.564	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.235	-	-	-
Demais ativos	3.017	22.773	-	-
	<u>303.105</u>	<u>53.337</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores	49.132	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	174.086	125.546	131.349	-
Financiamentos - Cooperativa	629	13.988	-	-
Passivos de arrendamento	15.000	15.000	15.126	-
Demais passivos	6.908	14.805	12.287	4.694
	<u>245.755</u>	<u>169.339</u>	<u>158.762</u>	<u>4.694</u>
	31/03/2023			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	130.581	-	-	-
Títulos de capitalização	598	-	-	-
Contas a receber - Clientes	64.197	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	14.653	18.526	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.010	-	-	-
Demais ativos	763	21.477	-	-
	<u>216.802</u>	<u>40.003</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores	43.370	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	149.064	127.504	117.200	-
Financiamentos - Cooperativa	-	14.521	-	-
Passivos de arrendamento	15.032	15.000	30.125	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.826	-	-	-
Demais passivos	7.187	16.121	10.433	7.625
	<u>217.479</u>	<u>173.146</u>	<u>157.758</u>	<u>7.625</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	31/03/2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.235	186.637	186.637
Contas a receber - Clientes	95.432	-	-
Contas a receber - Cooperativa	35.113	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.235	12.235
Demais ativos	25.789	-	-
Total	157.569	198.872	198.872
Passivos			
Fornecedores	49.132	-	-
Empréstimos e financiamentos	326.661	-	329.035
Financiamentos - Cooperativa	14.617	-	-
Passivos de arrendamento	42.803	-	-
Demais passivos	33.164	-	-
Total	466.377	-	329.035
	31/03/2023		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.856	125.725	125.725
Títulos de capitalização	598	-	-
Contas a receber - Clientes	64.197	-	-
Contas a receber - Cooperativa	33.179	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.010	6.010
Demais ativos	22.240	-	-
Total	125.070	131.735	131.735
Passivos			
Fornecedores	43.370	-	-
Empréstimos e financiamentos	294.255	-	288.567
Financiamentos - Cooperativa	14.521	-	-
Passivos de arrendamento	55.660	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.826	2.826
Demais passivos	34.804	-	-
Total	442.610	2.826	291.393

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco em que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar, açúcar orgânico, etanol e etanol orgânico. Em relação ao açúcar orgânico, em parte dos recebimentos, opera com *hedge* de proteção cambial para o mercado externo. Em relação à Safra 25/26, a Companhia não realizou fixações e, mantém o constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. No mercado interno não temos histórico de perda dos preços praticados. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 24/25. Em relação ao etanol orgânico, há uma demanda identificada e contratada, aliado ao monitoramento de aumento da demanda de álcool orgânico no mercado externo.

b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Ativo			
Aplicações financeiras	6	186.637	125.725
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	20	(330.831)	(296.547)
Instrumentos financeiros derivativos ativo	24	12.235	6.010
Instrumentos financeiros derivativos passivo	24	-	(2.826)

Para a análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, a Companhia utiliza cenários para avaliar as posições ativas e passivas, considerando curvas de juros com variações de 25% e 50% de *stress*. A Companhia entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

O cenário provável adotado pela Administração reflete as projeções de mercado para o próximo exercício.

					Cenários							
					Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Provável												
	31/03/2024	Risco	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	186.637	CDI	10,97%	20.474	13,71%	25.593	16,46%	30.711	8,23%	15.356	5,49%	10.237
Total dos ativos financeiros	186.637			20.474		25.593		30.711		15.356		10.237
Passivos financeiros												
Financiamentos - Finame	(1.593)	TLP	8,75%	(139)	10,94%	(174)	13,13%	(209)	6,56%	(105)	4,38%	(70)
Financiamentos - Cooperativa	(9.200)	SELIC	10,75%	(989)	13,44%	(1.236)	16,13%	(1.484)	8,06%	(742)	5,38%	(495)
Financiamentos – NCE/CPRF/CCE/CCB	(200.496)	CDI	12,82%	(25.704)	16,03%	(32.129)	19,23%	(38.555)	9,62%	(19.277)	6,41%	(12.851)
Financiamentos – CRA	(119.542)	IPCA	6,29%	(7.519)	7,86%	(9.399)	9,44%	(11.279)	4,72%	(5.639)	3,15%	(3.760)
Financiamentos – Derivativos	12.235	CDI	13,94%	1.706	17,43%	2.132	20,91%	2.558	10,46%	1.279	6,97%	853
Total dos passivos financeiros	(318.559)			(32.646)		(40.807)		(48.968)		(24.484)		(16.323)
Total				(12.172)		(15.214)		(18.257)		(9.129)		(6.086)
Impacto no resultado e no PL						(3.043)		(6.086)		3.043		6.086

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2024, o valor de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxa de juros correspondiam a R\$ 119.542 (R\$ 131.485 em 31 de março de 2023).

Os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra variações cambiais e taxa Libor convertendo esta exposição para R\$ e CDI flutuante e, troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais *spread*. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2024, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* correspondiam a um direito de R\$ 12.235 (em 31 de março de 2023 correspondiam a um direito de R\$ 6.010 e uma obrigação de R\$ 2.826). Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* vinculados correspondia, em 31 de março de 2023, ao valor de R\$ 107.307 (em 31 de março de 2023 correspondia a R\$ 128.301).

Para os *hedges* de câmbio referente a exportação de açúcar orgânico, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs).

	31/03/2024		31/03/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos SWAP (i)	12.235	-	6.010	2.826
	12.235	-	6.010	2.826

- (i) Considera o total dos SWAPs - dólar para reais e taxa pré para pós.

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma receita líquida de R\$ 2.227 (em 31 de março de 2023 correspondia a uma despesa de R\$ 3.526) – nota 31.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/03/2024	31/03/2023
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	5.030	5.275
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	186.637	126.324
Passivos financeiros	330.833	296.545

Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2024	31/03/2023
(+) Empréstimos e financiamentos	341.278	308.776
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(187.872)	(130.581)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	(12.235)	(3.184)
	<u>141.171</u>	<u>175.011</u>
(=) Dívida líquida (A)	<u>141.171</u>	<u>175.011</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>818.216</u>	<u>628.832</u>
Total do capital (A + B)	<u><u>959.387</u></u>	<u><u>803.843</u></u>
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A + B)	15	22

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia, com exceção dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

25 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 8.037 (R\$ 8.043 em 31 de março de 2023). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem em transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital, compra de ações entre as empresas relacionadas e compra e

venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

	31/03/2024	31/03/2023
Ativo circulante		
Contas a receber		
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	-	1.669
Usina Santo Antônio S.A.	6	3
Usina Uberaba S.A.	41	43
Adiantamento a fornecedores de cana		
Agropecuária Iracema Ltda.	5.449	-
Dividendos a receber		
Agropecuária Iracema Ltda.	1.634	-
Usina Uberaba S.A.	277	250
	<u>7.407</u>	<u>1.965</u>
Ativo não circulante		
Outras contas a receber		
Native Produtos Orgânicos Com. Imp. Exp. Ltda	-	601
Dividendos a receber		
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	15.233	13.954
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7.539	6.921
Adiantamento para futuro aumento de capital		
PHB Industrial S.A.	1.250	588
	<u>24.022</u>	<u>22.064</u>
	31/03/2024	31/03/2023
Passivo circulante		
Fornecimento de cana		
Usina Santo Antônio S.A.	14.041	14.887
Agropecuária Iracema Ltda.	2.213	3.055
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	613	613
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	4.096	3.843
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	1.021	413
Demais contas a pagar		
Usina Uberaba S.A.	304	-
	<u>22.288</u>	<u>22.811</u>
Passivo não circulante		
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	25.172	27.203
	<u>25.172</u>	<u>27.203</u>

	31/03/2024	31/03/2023
Vendas de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	5.451	7.937
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	41	41
Usina Uberaba S.A.	579	682
	<u>6.071</u>	<u>8.660</u>
 Compra de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	67.830	69.172
Agropecuária Iracema Ltda	4.827	3.857
Usina Uberaba S.A.	303	125
Cana-de-açúcar partes relacionadas	29.023	26.778
	<u>101.983</u>	<u>99.932</u>

c. Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencionais junto a Cooperativa, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Vide demais operações com a parte relacionada Cooperativa nas notas 29, 30 e 31.

d. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista dos contratos de empréstimos da Usina Santo Antônio S.A. e Usina Uberaba S.A.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2024 e 2023, o capital social está representado por 1.142.235 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 28 de julho de 2023 foi proposto e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 74.475, decorrente de deliberação assemblear.

Em 29 de julho de 2022 foi proposto e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 83.410, decorrente de deliberação assemblear.

b. Ações em tesouraria

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 não houve aquisição de ações de acionistas, de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S/A. e Usina São Francisco S/A – Grupo Econômico Balbo”. Até 31 de março de 2023 haviam sido adquiridas 69.570 ações da Companhia (nota 22).

c. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 não foi feita a reserva de lucros para aquisição de ações (2023 - R\$ 37.377). (nota 22)

(iii) Reserva reflexa de investida

Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

(iv) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (ii), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios fiscais de ICMS reconhecidos extemporaneamente referente ao período de 2017 a 2023, no montante de R\$ 31.904 mil (líquido do efeito da realização de dividendos e aumento de capital).

d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleia dos acionistas realizada em 28 de julho de 2023 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.587 e na assembleia em 29 de julho de 2022, R\$ 4.835.

A distribuição proposta pela Administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	31/03/2024	31/03/2023
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	193.941	82.605
(-) Reserva legal – 5%	(9.697)	(4.130)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	(970)	(413)
(-) Constituição de Reserva Incentivos Fiscais	(31.904)	-
	<u>151.370</u>	<u>78.062</u>
Lucros à disposição da Assembleia Geral		

O resultado do exercício em 31 de março de 2024, após destinações legais, apresentado na rubrica “Lucro a deliberar”, serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária aos acionistas a ser realizada no prazo previsto na legislação.

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol, derivados de levedura para o mercado interno e externo e cana-de-açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2024	31/03/2023
Açúcar orgânico	325.110	254.629
Açúcar	99.811	46.179
Etanol orgânico	91.419	80.832
Etanol	100.108	124.021
CBIOS	4.047	5.353
Outros produtos orgânicos	39.388	37.668
Energia elétrica	7.483	20.079
Outras vendas	3.778	7.329
Serviços prestados	4.562	6.104
Receita bruta	675.706	582.194
(-) Impostos sobre vendas	(57.342)	(52.314)
(-) Devoluções e abatimentos	(4.535)	(5.004)
	613.829	524.876

28 Custos de produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, amortização de tratamentos culturais e de manutenção entressafra, mão de obra, serviços de terceiros, combustíveis, lubrificantes, materiais de manutenção e de embalagem, as quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 98% do total do custo de produção dos produtos acabados da Companhia.

29 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2024	31/03/2023
Despesa com pessoal	(33.885)	(30.926)
Depreciação e amortização	(561)	(527)
Despesa com comercialização	(59.143)	(44.708)
Serviços prestados por terceiros	(4.758)	(5.133)
Despesas gerais Cooperativa	(8.488)	(4.567)
ICMS Subst. Tributária e outras operações	(4.498)	(5.746)
Outras despesas	(8.307)	(7.435)
	(119.640)	(99.043)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Vendas	(91.436)	(70.276)
Administrativas e gerais	(28.204)	(28.767)
	(119.640)	(99.043)

30 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Outras receitas operacionais		
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	1.938	526
Receita verba indenizatória (nota 3.16)	134.046	50.495
Dividendos	106	85
Ganho por variação patrimonial em investida	1.660	5.966
Receita crédito outorgado ICMS	-	7.783
Outras receitas operacionais	646	741
	<u>138.396</u>	<u>65.596</u>
Outras despesas operacionais		
Custo na alienação de imobilizado	(366)	(75)
Provisões e despesas sobre verba indenizatória (nota 3.16)	(26.056)	(9.858)
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(2.301)	(2.248)
Outras despesas operacionais	(788)	(606)
	<u>(29.511)</u>	<u>(12.787)</u>
	<u>108.885</u>	<u>52.809</u>

31 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	837	429
Juros aplicações financeiras	11.644	16.206
Juros demais operações e outros	15.635	854
Resultado positivo com instrumentos derivativos	2.227	-
	<u>30.343</u>	<u>17.489</u>
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(427)	(710)
Juros apropriados sobre financiamentos	(39.676)	(39.681)
Juros passivos de arrendamento	(1.124)	(1.460)
Atualização de aquisição de ações	(2.036)	(2.840)
Descontos concedidos e outros	(9.754)	(7.441)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	-	(3.526)
	<u>(53.017)</u>	<u>(55.659)</u>
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	(397)	1.419
	<u>(23.071)</u>	<u>(36.751)</u>

32 Compromissos

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras a Companhia tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica. Em 31 de março de 2024, o volume

desses compromissos totaliza aproximadamente 53.413 metros cúbicos de etanol e 143.044 unicops de açúcar convencional, a serem cumpridos até 31 de março de 2025.

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

Compras de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

33 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2024 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era demonstrada conforme abaixo:

Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Equipamentos	600.000
Estoques de produtos orgânicos	600.000
Estoque de etanol em poder da Cooperativa	54.630
Estoque de açúcar em poder da Cooperativa	15.840
Recall	5.000
D & O	45.000
Responsabilidade Civil Geral	7.500
Lucros cessantes	542.137

- (i) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Companhia, a Usina Santo Antônio S.A. e a Usina Uberaba S.A.

34 Eventos subsequentes

Nos meses de maio e junho de 2024, a Companhia recebeu o valor de R\$ 39.337, referente a pedido de ressarcimento de tributos federais (IR/CS) recolhidos a maior em períodos anteriores. O valor total dos tributos a recuperar pela Companhia, desta natureza, está descrito na nota 12(ii).